

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM
GOIANO *de*
eografia

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 19 - N.º 2 - JAN./DEZ. 1999

AS NOVAS REDES DO CERRADO E A REALIDADE URBANA BRASILEIRA

Beatriz Ribeiro Soares*
Kelly Cristine F. O. Bessa**

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo conhecer as novas espacialidades urbanas advindas do processo de modernização econômica nas áreas de cerrado brasileiro, bem como identificar o significado das cidades médias na região.

UNITERMOS: novas espacialidades, cerrados brasileiros, cidades médias.

ABSTRACT

The objective of the present study is to get to know the new concept of urban space arising from economic modernization in the region of the Brazilian savannah, as well as identifying the significance of the regional medium sized cities.

KEY WORDS: new space, Brazilian savannah, medium cities

1. INTRODUÇÃO

A atualidade é marcada por profundas mudanças nas esferas tecnológicas, comunicacionais, organizacionais, econômicas e políticas, bem como nas sociais, ideológicas e culturais, expressando um novo ciclo de expansão do capitalismo.

* Profa. Dra. do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

** Geógrafa do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

1 De acordo com Chagas (1999), o cerrado brasileiro ocupa, segundo a Embrapa (1976), uma área de 1,880 milhão de km², o que equivale a 23% do território brasileiro; de acordo com Ab'saber (1971), Ferri (1976) e Dias (1992), uma área de 2 milhões de km², equivalendo a 24% do território nacional; e segundo Reichardt (1977), uma área de 2,128 milhões de km², correspondendo a 25% do território brasileiro.

No Brasil, essas mudanças são determinadas pela modernização do campo, pela incorporação de novas áreas ao processo produtivo global, por novos padrões de mobilidade espacial da população, por novas funcionalidades urbanas e por novas redes de interações espaciais. Todas essas mudanças implicam uma nova divisão territorial do trabalho, que, por sua vez, redefine, a partir da integração numa economia global, o papel das cidades e das regiões.

Assim, este trabalho tem por objetivo analisar o processo de urbanização nas áreas de cerrado, bem como discutir a inserção das cidades dessa região no sistema urbano brasileiro.

2. A URBANIZAÇÃO DO CERRADO E O SISTEMA URBANO BRASILEIRO

O cerrado brasileiro pode ser considerado um espaço econômico-social heterogêneo de cerca de 2 milhões de km², equivalendo a uma área de aproximadamente 24% do território nacional,¹ que se estende do paralelo 4° de latitude sul até a linha do trópico de Capricórnio e da coordenada 41° a 64° de longitude oeste, ocupando principalmente o Brasil Central. Sua ocupação se dá de forma contínua, abrangendo parte dos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Goiás, Tocantins, Bahia, Minas Gerais, Piauí e Maranhão, além do Distrito Federal, e na forma de manchas ou, nas colocações de Chagas (1999:19), “*como manifestações residuais sob a forma de relictus*”, em outros estados, a saber, Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Alagoas, São Paulo e Paraná, entre outros, e na ilha de Marajó (vide Figura 1).

No Brasil, graças aos processos de modernização, caracterizados pela difusão do meio técnico-científico-informacional, a urbanização ganha um novo conteúdo e uma nova dinâmica. Durante anos, em razão das economias de aglomeração, ocorreu uma crescente concentração das atividades econômicas e da população em poucas cidades, as quais tiveram reforçado o seu papel de principais focos da atividade econômica do país. Contudo, considerando-se as novas tendências de urbanização e a difusão das inovações do período técnico-científico-informacional, desde a década de 1970 processa-se uma verdadeira revolução urbana no Brasil, pois intensifica-se o processo de urbanização e acentua-se a importância das grandes cidades, bem como a das pequenas e médias.

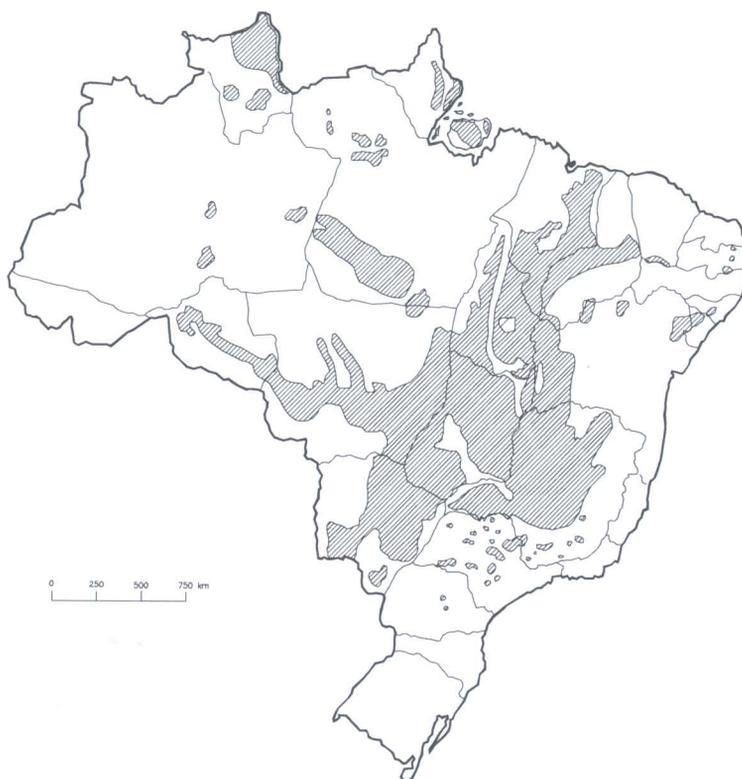


Figura 1 - Brasil: áreas ocupadas por cerrado, 2000.
Fonte: FIBGE, 1993. Digitalização: Celso A. Siqueira

Essas transformações recentes permitem-nos pensar numa redefinição dos papéis urbanos, tanto no que se refere à metrópole e sua região como no que diz respeito às cidades grandes e médias, que passam a constitui pólos regionais ou metrópoles regionais, assim como com relação às pequenas, que transformam-se em cidades do campo.

Nesse sentido, tem-se uma nova urbanização, visto que desde a década de 1970 processa-se uma verdadeira revolução urbana no Brasil, caracterizada pela generalização do processo de urbanização, pela expansão do meio técnico-científico-informacional e pela nova divisão

territorial do trabalho. Em conseqüência, o sistema urbano brasileiro torna-se ainda mais complexo e diferenciado.

Nas áreas de cerrado, a urbanização teve sua origem vinculada a três tipos de atividade econômica: mineração (Cuiabá, Goiás e Diamantina, entre outras), pecuária (Itaberaí, Aquidauana, Campo Grande e Anápolis, entre outras) e circulação (Três Lagoas). Todavia, a construção de Brasília, a implantação de uma malha viária e energética e a modernização do campo dinamizaram a urbanização dessa região. Deve-se apontar que as transformações verificadas na urbanização não são totalmente dependentes apenas desses fatores, uma vez que o urbano possui também seu próprio movimento, dotado de uma relativa autonomia, e que, assim como o campo, também possui processos gerais centrados na dinâmica da acumulação, em que se verifica a implantação de toda uma infra-estrutura de apoio à produção e à distribuição das mercadorias produzidas, a intensificação dos fluxos de transporte e de comunicação e a diversificação dos serviços e do comércio.

A construção de Brasília no Planalto Central, reforçando as políticas de interiorização do país, teve grande impacto político, econômico e social nas áreas de cerrado.

Situada em posição central estratégica, ou seja, no contato entre o litoral e o sertão e entre as áreas dinâmicas e as estagnadas e despovoadas, a nova capital tornou-se ponto de convergência, com a criação de uma malha rodoviária, entre as regiões Sul, Sudeste e Nordeste, bem como de penetração no Norte e no Centro-Oeste. Além das rodovias, foram também implantadas usinas hidrelétricas que permitiram o desenvolvimento industrial de algumas cidades do interior do país.

Dessa maneira, pensada em um contexto maior de interiorização, a construção da nova capital promoveu a dinamização de uma vasta região, especialmente aquela formada pelas áreas de cerrado. Além dos investimentos federais, naquele momento ocorreu também a aplicação, via governo estadual, de recursos para a melhoria da infra-estrutura e a implantação de distritos industriais em algumas cidades, principalmente em Minas Gerais.

A partir da década de 1970, o processo de modernização do campo afetou grande parte do território brasileiro, aí incluindo-se as áreas de cerrado. Segundo Corrêa (1995), os impactos da modernização

agrícola dizem respeito, por um lado, à estrutura fundiária, aos sistemas agrícolas, aos produtos cultivados, às relações sociais de produção e à mobilidade demográfica. Por outro lado, a modernização agrícola afetou, sobremaneira, a urbanização, à medida que a partir dela tornou-se possível, nas cidades das regiões agrícolas² modernizadas, a adoção de algumas outras inovações, especialmente aquelas ligadas à prestação de serviços, à informação e comunicação e ao mundo financeiro.

Dessa forma, de acordo com Corrêa (1995), a implantação dessas inovações nas áreas de cerrado implicou, por um lado, uma refuncionalização dos centros urbanos já existentes e, por outro, a criação de novos núcleos.

Anteriormente a rede urbana das áreas de cerrado apresentava-se desarticulada, ou seja, com pequena integração interna, tendo sido estruturada em decorrência da baixa densidade demográfica e econômica e pelo limitado dinamismo das áreas voltadas à pecuária e aos grandes latifúndios.

A refuncionalização dos centros antigos é evidente e ocorre a partir de novas atividades. É interessante ressaltar que essas são provenientes de fora e implantadas para atender às demandas da agricultura (crédito, insumos, maquinário, beneficiamento, estocagem) e dos novos produtores. Dessa forma, os centros urbanos tornaram-se, simultaneamente, reflexos da modernização do campo e condicionantes de sua reprodução.

Esse processo foi marcado também pela intensificação dos fluxos de transporte e comunicação, bem como pela diversificação do comércio e dos serviços. Assim, implicou novos padrões de interações espaciais, que foram viabilizados pelas redes técnicas implantadas e que acompanham ou precedem a modernização do campo.

Os novos padrões caracterizam-se pela importância dos fluxos a longa distância e das ligações com outros centros urbanos com os quais

2 Essas regiões modernizadas, segundo Santos (1993), denominam-se espaços agrícolas, e não rurais, uma vez que contêm cidades que estão adaptadas às demandas do campo modernizado.

não mantinham interações no passado. Ao mesmo tempo, as interações espaciais tradicionais são mantidas e reforçadas pela participação mais efetiva de centros que ascenderam na hierarquia urbana, a exemplo de Barreiras (BA) e Rondonópolis (MT).

A modernização agrícola foi capaz também de induzir o aparecimento de novos núcleos urbanos, que, apesar de pequenos, eram inexistentes na década de 1970. Entre os criados nas áreas de cerrado destacam-se Mimoso do Oeste (Distrito de Barreiras), Novo Paraná, Roda Velha, Bela Vista, Balsas e Águas Claras. Esses pequenos núcleos são locais de concentração da força de trabalho e de prestação de serviços vinculados à agricultura moderna.

A formação de uma rede urbana nas áreas de cerrado foi determinada pelo dinamismo das atividades econômicas e pela localização dos centros de poder, tanto federal quanto estaduais, bem como pela divisão política dos estados de Mato Grosso e Goiás, modificando a configuração territorial e as relações socioespaciais e políticas da região.

Analisando a distribuição da população nas áreas de cerrado, confirmamos, primeiramente, uma tendência de concentração em áreas urbanas. Ocorre uma sensível desaceleração no crescimento populacional das metrópoles, em detrimento de um maior crescimento dos municípios com população entre 50 e 500 mil habitantes; uma relativa estabilidade da distribuição espacial da população; e, por último, uma redução das taxas de crescimento populacional após a década de 1980.

Os dados da Contagem Populacional de 1996 (FIBGE, 1996) evidenciam, apesar das atividades agrícolas, um grau elevado de urbanização para as áreas de cerrado, ocorrendo, dessa forma, um decréscimo em sua população rural, que passa a incrementar as áreas urbanas. Essa tendência de concentração populacional em áreas urbanas pode ser verificada nas cidades mais populosas da região, nas quais os percentuais de população urbana oscilam entre 77,06% a 100%, sendo evidente a concentração nas capitais estaduais, bem como na capital federal e nas cidades com população entre 100.001 e 500 mil habitantes (vide Tabela 1).

Tabela 1 - Áreas de cerrado: grau de urbanização das cidades mais populosas, 1996

Cidades	Pop. Total	Pop. Urbana		Pop. Rural	
Belo Horizonte	2.091.371	2.080.145	99,46%	11.303	0,54%
Brasília	1.821.946	1.692.248	92,88%	129.698	7,12%
Goiânia	1.003.477	998.121	99,47%	5.977	0,60%
Campo Grande	600.069	592.007	98,66%	8.062	1,34%
Contagem	492.214	454.020	92,24%	38.330	7,79%
Uberlândia	438.986	430.439	98,05%	8.547	1,95%
Cuiabá	433.355	426.903	98,51%	6.452	1,49%
Montes Claros	271.608	253.083	93,18%	18.526	6,82%
Aparecida de Goiânia	265.868	265.868	100,00%	-	
Anápolis	264.975	244.670	92,34%	20.305	7,66%
Betim	249.451	236.483	94,80%	12.968	5,20%
Luziânia	242.522	232.866	96,02%	9.656	3,98%
Uberaba	237.433	229.031	96,46%	8.402	3,54%
Ribeirão das Neves	197.025	151.829	77,06%	45.196	22,94%

FIBGE. Contagem Populacional, 1996. Adaptação: K.BESSA.

Com relação à densidade demográfica, observa-se uma concentração de população na porção sul, mais precisamente no oeste e sul de Minas Gerais e na área central de Goiás, com taxas entre 25,01 a 100 hab./km². No restante a ocupação é muito rarefeita, com índices iguais ou inferiores a 25 hab./km², e nos estados de Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia encontramos densidades inferiores a 2 hab./km².

Nas áreas de cerrado brasileiro observamos também um crescimento numérico das cidades acima de 50.001 habitantes, pois na década de 1960 eram em número de 16. Destas, 68,8% estavam na faixa de tamanho entre 50.001 e 100 mil habitantes e o restante, nas faixas de 100.001 a 500 mil (25%) e de 500.001 a 1 milhão (0,06%). No início dos anos 90, esse número de cidades cresceu para 48 -, destas, 50% estavam na faixa entre 50.001 e 100 mil; outros 41,7%, entre 100.001 e 500 mil; 0,04%, entre 500.001 e 1 milhão (Campo Grande e Goiânia), e 0,04%, na faixa acima de 1.000.001 (Belo Horizonte³ e Brasília), como retrata a Tabela 2.

3 Belo Horizonte e sua região metropolitana encontram-se em uma área de transição ou de contato entre o cerrado e a floresta estacional.

Tabela 2 - Áreas de cerrado: distribuição dos municípios por faixas de tamanho populacional acima de 50.001 habitantes, 1960/1996

Anos	Total	50.001 a 100.000		100.001 a 500.000		500.001 a 1.000.000		mais de 1.000.000	
1960	16	11	68,8%	4	25,0%	1	0,06	-	
1970	27	17	63,0%	8	29,6%	1	0,04	1	0,04
1980	38	23	60,5%	12	31,6%	1	0,03	2	0,05
1991	48	24	50,0%	20	41,7%	2	0,04	2	0,04
1996	52	24	6,2%	24	46,2%	1	0,02	3	0,06

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico, 1960-1991. FIBGE. Contagem Populacional, 1996.

Segundo dados da Contagem Populacional de 1996, existiam três cidades com mais de 1 milhão de habitantes (Belo Horizonte, Brasília e Goiânia), uma com população entre 500.001 e 1 milhão (Campo Grande), 24 na faixa de 100.001 a 500 mil habitantes (entre elas Contagem, Uberlândia, Cuiabá, Montes Claros, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Ribeirão das Neves, Luziânia, Uberaba) e outras 24 com população entre 50.001 e 100 mil habitantes (Itumbiara, Três Lagoas, Araguari, Araxá, Ituiutaba, Januária, Unaí, Picos, Palmas, entre outras).

Na análise das Tabelas 3 e 4, observamos que a evolução populacional das cidades das áreas de cerrado, entre os anos de 1960 e 1996, vem demonstrando uma desaceleração nas taxas de crescimento das cidades com mais de 1 milhão de habitantes, que nos períodos censitários entre 1960 e 1970, 1970 e 1980, e 1980 e 1991 cresceram de forma expressiva; respectivamente, 80,6%, 44,2% e 15,0% (Belo Horizonte), 285,0%, 118,6% e 35,6% (Brasília), 152,3%, 87,4% e 28,8% (Goiânia). Entretanto, no período entre 1991 e 1996, esse percentual de crescimento foi reduzido, nas cidades de Belo Horizonte e Goiânia, para taxas abaixo da média nacional (2% e 9%, respectivamente). Brasília mantém, para esse período, taxas de crescimento acima da média nacional – 14,1%.

Tabela 3 - Áreas de cerrado: cidades com mais de 50 mil habitantes (1960-1996) – População

Municípios	População Total				
	1960	1970	1980	1991	1996
Bahia					
Barreiras	-	20.934	41.803	78.938	113.695
Distrito Federal					
Brasília	139.796	538.351	1.176.935	1.596.274	1.821.946
Goiás					
Anápolis	68.016	105.121	180.015	239.047	264.975
Aparecida de Goiânia ¹	-	7.476	42.597	178.326	265.868
Catalão	25.699	27.390	39.194	54.486	58.507
Formosa	21.708	29.224	43.397	62.974	68.704
Goiânia	151.013	381.055	714.174	920.257	1.003.477
Itumbiara	48.402	64.272	70.376	79.457	78.669
Jataí	27.680	41.374	53.420	65.855	69.192
Luziânia	27.444	32.800	79.079	207.257	242.522
Planaltina	6.123	8.989	16.165	40.181	58.576
Rio Verde	39.823	55.819	74.741	95.895	100.586
Santo A. do Descoberto	-	-	13.735	35.375	107.672
Trindade	16.823	22.446	30.610	53.930	69.838
Maranhão					
Caxias	128.653	88.703	125.507	145.709	146.045
Chapadinha	39.506	45.018	52.758	56.856	59.521
Codó	71.156	93.134	108.965	111.537	110.292
Timon	28.616	36.903	74.403	107.394	118.428
Mato Grosso					
Cuiabá	56.828	100.865	209.553	401.112	433.355
Rondonópolis	22.302	62.551	81.366	125.107	142.524
Várzea Grande	-	18.146	76.676	161.608	193.401

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos, 1960-1991. FIBGE. Contagem Populacional, 1996.

1 Município da Região Metropolitana de Goiânia.

Cont.

Municípios	População Total				
	1960	1970	1980	1991	1996
Mato Grosso do Sul					
Campo Grande	73.258	140.366	291.777	525.612	600.069
Dourados	84.668	79.269	100.987	135.779	153.191
Ponta Porã	29.847	33.871	37.515	55.830	58.505
Três Lagoas	31.690	55.494	57.993	68.067	74.797
Minas Gerais					
Araguari	35.520	63.368	85.290	91.202	95.403
Araxá	24.041	35.676	44.666	69.858	74.206
Belo Horizonte	683.908	1.235.001	1.780.855	2.048.861	2.091.371
Betim ²	26.409	37.883	84.183	170.616	249.451
Contagem ²	27.914	111.338	280.477	448.822	492.214
Curvelo	51.826	45.494	50.784	58.995	63.467
Divinópolis	52.840	80.348	117.330	151.345	171.565
Ituiutaba	29.724	64.656	75.919	84.581	87.467
Januária	59.943	62.615	71.992	86.871	77.739
Montes Claros	131.337	116.464	177.308	247.286	271.608
Paracatu	25.348	36.773	49.096	62.708	68.047
Patos de Minas	31.471	76.211	88.802	102.766	112.712
Patrocínio	13.933	35.578	45.395	60.561	68.047
Ribeirão das Neves ²	6.387	9.734	67.257	143.874	197.025
Santa Luzia ²	12.573	25.301	59.892	137.602	153.914
São Francisco	45.305	58.505	61.915	70.081	55.232
Sete Lagoas	41.405	66.636	100.628	143.611	167.340

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos, 1960-1991. FIBGE. Contagem Populacional, 1996.

² Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Cont.

Municípios	População Total				
	1960	1970	1980	1991	1996
Minas Gerais					
Uberaba	72.053	124.490	199.203	210.803	237.433
Uberlândia	88.282	124.895	240.961	366.711	438.986
Unaiá	45.975	52.427	68.079	69.661	73.664
Piauí					
Campos Maior	56.120	61.598	67.761	72.238	59.921
Florianópolis	22.183	35.869	43.144	51.445	52.222
Picos	47.708	52.747	71.065	78.425	76.194
Piripiri	28.236	43.262	55.010	63.016	59.921
Tocantins					
Araguaína	10.622	37.915	71.566	103.396	105.019
Gurupi	11.915	24.575	38.686	56.741	64.725
Palmas	-	-	3.288	24.261	86.116

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos, 1960-1991. FIBGE. Contagem Populacional, 1996.

Tabela 4 - Áreas de cerrado: cidades com mais de 50.000 habitantes: taxas médias de crescimento (1960-1996) – Percentual

Municípios	Taxa Média de Crescimento			
	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/1996
Bahia				
Barreiras	-	99,8	88,8	44
Distrito Federal				
Brasília	285	118,6	35,6	14,1
Goiás				
Anápolis	54,5	71,2	32,8	10,8
Aparecida de Goiânia ¹	-	469,8	318,6	49

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos, 1960-1991. FIBGE. Contagem Populacional, 1996.

¹ Município da Região Metropolitana de Goiânia.

Cont.

Municípios	Taxa Média de Crescimento			
	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/1996
Goiás				
Catalão	6,6	43	39	7,4
Formosa	34,6	48,5	45,1	9,1
Goiânia	152,3	87,4	28,8	9
Itumbiara	32,8	9,5	12,9	1
Jataí	49,5	29,1	23,2	5
Luziânia	19,5	141	162	17
Planaltina	46,8	79,8	148,6	45,8
Rio Verde	40,2	33,9	28,3	4,9
Santo A. do Descoberto	-	-	157,5	204,4
Trindade	35,6	36,4	76,2	29,5
Maranhão				
Caxias	-31	41,5	16,1	0,2
Chapadinha	13,9	17,2	7,8	4,7
Codó	30,8	17	2,4	-1,1
Timon	28,9	101,6	44,3	10,3
Mato Grosso				
Cuiabá	77,5	107,7	91,4	8
Rondonópolis	180,5	30,1	53,7	14
Várzea Grande	-	322,5	110,8	19,7
Mato Grosso do Sul				
Campo Grande	91,6	107,9	80,1	14,1
Dourados	-6,4	27,4	34,4	12,8

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos, 1960-1991. FIBGE. Contagem Populacional, 1996.

SOARES, Beatriz Ribeiro e BESSA, Kelly Cristine F. O. As novas redes do cerrado e a realidade urbana brasileira 19(2): 11-34, jan./dez. 1999

Cont.

Municípios	Taxa Média de Crescimento			
	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/1996
Mato Grosso do Sul				
Ponta Porã	13,5	10,7	48,8	4,8
Três Lagoas	75,1	4,5	17,4	9,9
Minas Gerais				
Araguari	78,4	34,6	6,9	4,6
Araxá	48,6	25,2	56,4	6,2
Belo Horizonte	80,6	44,2	15	2
Betim ¹	43,4	122,2	102,7	42,2
Contagem ¹	298,9	151,9	60	9,7
Curvelo	-12,2	11,6	16,2	7,6
Divinópolis	52	46	29	13,4
Ituiutaba	117,5	17,4	11,4	3,7
Januária	4,4	15	20,6	-10,5
Montes Claros	-11,3	52,2	39,5	9,8
Paracatu	45	35,5	27,7	8,5
Patos de Minas	142,2	16,5	15,7	9,7
Patrocínio	155,4	27,6	33,4	13,1
Ribeirão das Neves ²	52,4	590,9	113,9	36,9
Santa Luzia ²	101,2	136,7	129,7	11,8
São Francisco	29,1	5,8	13,2	-21,8
Sete Lagoas	60,9	51	42,7	16,5
Uberaba	72,8	62,8	4,3	12,3
Uberlândia	41,5	93,1	52,1	19,7
Unai	14	29,8	2,3	5,7
Piauí				
Campo Maior	9,8	10	6,6	-17
Floriano	61,6	20,3	19,2	1,5
Picos	10,5	34,7	10,3	-2,8
Piripiri	53,2	27,2	14,5	-4,9

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos, 1960-1991. FIBGE. Contagem Populacional, 1996.

2. Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Cont.

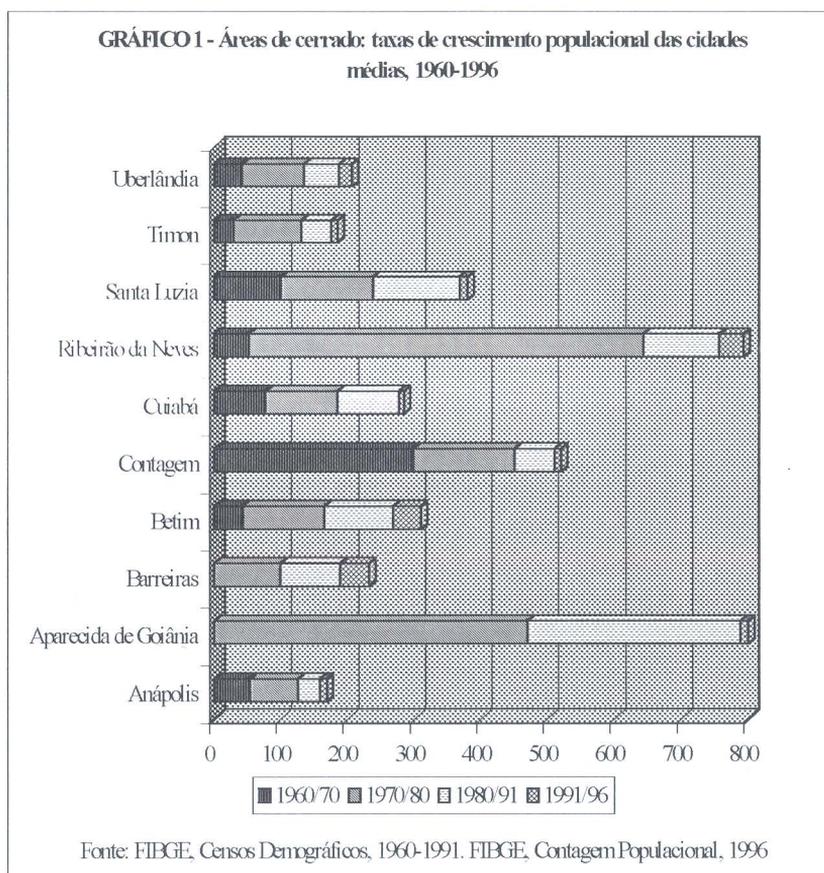
Municípios	Taxa Média de Crescimento			
	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/1996
Tocantins				
Araguaína	256,9	88,7	44,5	1,6
Gurupi	106,2	57,4	46,7	14
Palmas	-	-	637,8	254,9

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos, 1960-1991. FIBGE. Contagem Populacional, 1996.
2. Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Tem-se a existência de um processo de desaceleração para as cidades na faixa de tamanho entre 500.001 e 1 milhão de habitantes, que apresentaram, entre os anos 1960 e 1970, 1970 e 1980, e 1980 e 1991, padrões elevados de crescimento populacional. É o caso, por exemplo, de Campo Grande, que cresceu 91,6%, 107,9% e 80,1%, respectivamente, e, no período 1991–1996, teve sua taxa reduzida para 14,1%.

No entanto, as chamadas cidades intermediárias ou médias (100.001 a 500 mil habitantes, segundo critérios da FIBGE) apresentaram índices de crescimento populacional expressivos nas últimas três décadas, explicados por sua inserção e dependência de dinâmicas externas – ou seja, processos e atividades provenientes, particularmente, das demandas da modernização da agricultura e da implantação do complexo agroindustrial –, por programas de desenvolvimento industrial ou por estarem localizadas em regiões metropolitanas, como Aparecida de Goiânia, Betim, Contagem, Ribeirão das Neves e Santa Luzia (Gráfico 1).

De acordo com Bessa (1999, p. 22) “é bastante provável que os altos custos da terra urbana nas metrópoles tenham contribuído em parte com esse movimento.” Enfim, podemos apontar um aumento da importância dos centros intermediários – aqueles que apresentam papéis regionais e locais expressivos – na região do cerrado brasileiro.



As cidades médias brasileiras, de modo geral, nas últimas décadas, vêm apresentando um acentuado crescimento populacional, associado a um crescente desenvolvimento econômico fundamentado na implantação de uma base infra-estrutural ligada aos transportes e às comunicações. Esses fatores possibilitaram uma integração maior dessas cidades ao seu espaço regional e, conseqüentemente, ao território nacional. Além disso, elas apresentaram bons índices de qualidade de vida, relacionados

à existência de fatores como cursos superiores, boas escolas de ensino fundamental e médio, hospitais especializados, bons índices de qualidade ambiental, centros de consumo e de lazer, entre outros.

Nas demais áreas da região, pode ser observado um incremento econômico, decorrente da modernização do campo, com a introdução de novas tecnologias para o plantio e armazenamento de grãos, da implantação de novas atividades relacionadas à pecuária e à avicultura, e do turismo rural e ecológico. Tal crescimento gerou a criação de cidades e a modernização de outras.

É necessário destacar que recentemente a atividade turística, seja rural, cultural ou ecológica, está se tornando uma alternativa para o desenvolvimento sustentável das pequenas cidades do cerrado, pois apresenta novas possibilidades de crescimento regional. Desse modo, as cachoeiras, as antigas fazendas e a paisagem natural estão tornando-se elementos importantes nessas aglomerações, como é o caso de Pirenópolis e Chapadão do Céu, em Goiás, e da Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso, entre outros exemplos.

Também pode ser constatada a existência de aglomerações urbanas em que houve um expressivo esvaziamento de suas populações e atividades econômicas, que foram drenadas pelas cidades com um papel regional mais significativo. A região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba é um exemplo importante, pois ali algumas cidades apresentaram, na Contagem Populacional (FIBGE, 1996), decréscimos populacionais de até -33,5% (Iturama), conforme ilustram as Tabelas 5 e 6.

Em decorrência da modernização da agricultura, as cidades de pequeno porte passaram a ser consideradas “cidades do campo”, por conterem aspectos e atividades muito relacionadas e integradas com a vida rural modernizada e por estarem inseridas em uma “região agrícola”, como afirma Santos (1993, p. 68): “nas regiões agrícolas é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano”.

Entre elas é possível destacar os distritos de Mimoso do Oeste, Novo Paraná e Roda Velha (BA), bem como as cidade de Bela Vista e

Águas Claras (MS), Balsas (MA), Chapadão do Céu (GO) e Iraí de Minas (MG), que apresentam uma forte especialização agrícola e, em consequência, transformam-se em cidades econômicas, nas quais verifica-se uma requalificação do urbano em decorrência das demandas do campo modernizado.

Podemos citar o exemplo de Balsas (MA), que representa para a mídia, na atualidade, o novo eldorado das áreas de cerrado, pois existe ali, segundo a revista *Época* (Adeodato, 1998), forte incidência de sol, chuvas uniformes, relevo plano e solo homogêneo e de fácil correção, bem como 240 proprietários rurais, uma produção de soja que ultrapassa 320 mil toneladas, numa área de 166 mil hectares, e possibilidades de escoamento rápido da produção via Ferrovia Norte-Sul. Os 40 produtores ligados ao Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Prodecet) produziram neste ano cerca de 38 mil toneladas de soja e 10 mil toneladas de arroz, bem como milho e feijão.

Tabela 5 - Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: município que apresentam taxas de crescimento negativas – População

Municípios	População Total				
	1960	1970	1980	1991	1996
Campina Verde	4.464	21.940	21.677	20.057	18.875
Canápolis	2.362	9.777	7.142	15.912	10.515
Capinópolis	2.522	14.280	13.286	15.061	15.013
Centralina	3.133	3.977	11.376	13.811	10.310
Iturama	1.518	42.644	4.825	45.642	30.349
Lagoa Formosa	2.806	19.180	18.520	15.951	15.901
Perdizes	1.031	9.973	9.406	10.730	10.520
Prata	4.725	18.501	19.873	24.631	20.801
Presidente Olegário	1.948	27.250	24.515	23.258	17.124
Tupaciguara	10.642	25.127	25.685	26.561	21.403

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico, 1960-1991. FIBGE. Contagem Populacional, 1996.

Tabela 6 - Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: município que apresentam taxas de crescimento negativas – Percentual

Municípios	Taxa Média de Crescimento			
	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/1996
Campina Verde	391,5	-1,2	-7,5	-5,9
Canápolis	313,9	-27	122,8	-33,9
Capinópolis	466,2	-7	13,4	-0,3
Centralina	26,9	186	21,4	-25,3
Iturama	2709,2	13,8	-5,9	-33,5
Lagoa Formosa	583,5	-3,4	-13,9	-0,3
Perdizes	867,3	-5,7	14,1	-2
Prata	291,6	7,4	23,9	-15,5
Presidente Olegário	1298,9	-10	-5,1	-26,4
Tupaciguara	136,1	2,2	3,4	-19,4

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico, 1960-1991. FIBGE. Contagem Populacional, 1996.

No município de Balsas foram criados 10 mil empregos diretos e indiretos, com a instalação de indústrias e serviços de suporte à produção e exportação de soja. Através dos exportadores Ceval e Cargill, esse município está diretamente conectado com a bolsa de mercadorias de Chigago. Foram construídos, pela Eximcoop, silos de secagem e armazenagem de grãos. Tendo em vista esse quadro, foram instaladas transportadoras, empresas de consultoria técnica agrícola e filiais de fábricas de fertilizantes, bem como uma fábrica de óleo de soja e a Cooperativa Batavo Nordeste. Outros novos negócios estão sendo criados, entre eles hotéis, restaurantes, clínicas médicas, locadoras de automóveis e escritórios de advocacia e contabilidade, entre outros.

Para a análise da formação da rede urbana das áreas de cerrado, consideramos duas pesquisas da Fundação IBGE. Primeiro, aquela acerca do grau de centralidade das cidades brasileiras, e, posteriormente, a de hierarquização urbana.

Nos estudo de centralidade⁴ urbana (vide Tabela 7 e Figura 3), é possível verificar, nas áreas de cerrado, a existência, para 1996, de duas cidades (Belo Horizonte e Goiânia) exercendo, tanto para o Brasil como para suas áreas de atuação, centralidades máximas. A cidade de Brasília, apesar de ser capital nacional, segundo a pesquisa, exerce no Brasil uma centralidade forte e, para sua área de atuação, máxima.

A cidade de Terezina exerce no Brasil uma centralidade muito forte e, para sua área de atuação, máxima. As cidades de Cuiabá, Campo Grande, Montes Claros e Uberlândia exercem no Brasil uma centralidade forte e, nas suas áreas de atuação, muito forte. As demais cidades das áreas de cerrado consideradas na pesquisa exercem no Brasil uma centralidade média e, nas suas áreas de atuação direta, centralidades fortes. Aqui abre-se uma exceção para a cidade de Anápolis, que no Brasil exerce uma centralidade média, porém, na sua área de atuação, tem uma centralidade muito forte.

Tabela 7 - Áreas de cerrado: cidades com centralidades mais expressivas, 1996

Municípios	Classes de Centralidades	
	No Brasil	Na Área de Atuação
Caxias	Média	Forte
Codó	Média	Forte
Timon	Média	Forte
Florianópolis	Média	Forte
Terezina	Muito Forte	Máxima

4. Essa pesquisa, baseada no papel das cidades, na presença de centros distribuidores de bens e serviços, na existência de funções urbanas mais ou menos complexas, bem como na intensidade com que esses elementos são demandados, estruturou o cartograma *Cidades Brasileiras com Centralidades mais Expressivas*, no qual os diferentes níveis de centralidade foram encontrados com base no total de fluxos existentes para cada cidade; ou seja, quanto maior a intensidade dos fluxos ou da demanda, maior a centralidade. Assim, criou-se a seguinte classe de centralidade: no Brasil - média, média para forte, forte, muito forte, máxima 3, máxima 2 e máxima 1; na área de atuação - média, forte, muito forte e máxima.

Cont.

Municípios	Classes de Centralidades	
	No Brasil	Na Área de Atuação
Araguaína	Média	Muito Forte
Gurupi	Média	Forte
Barreiras	Média	Forte
Anápolis	Média	Muito Forte
Goiânia	Máxima 3	Máxima
Itumbiara	Média	Forte
Rio Verde	Média	Forte
Cuiabá	Forte	Muito Forte
Rondonópolis	Média	Forte
Campo Grande	Forte	Muito Forte
Dourados	Média	Forte
Belo Horizonte	Máxima 2	Máxima
Contagem	Média	Forte
Ituiutaba	Média	Forte
Patos de Minas	Média	Forte
Montes Claros	Forte	Muito Forte
Uberaba	Média	Forte
Uberlândia	Forte	Muito Forte

Fonte: FIBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1996.

A Fundação IBGE, em seus estudos sobre as cidades brasileiras, adotou vários componentes urbanos para estabelecer uma hierarquia entre as cidades brasileiras. Esses componentes consideram o nível de bens e serviços existentes em cada aglomeração e a demanda por eles. Ou seja, as cidades pequenas possuem bens e serviços muito freqüentes; as cidades médias, bens e serviços menos freqüentes; e as cidades grandes, bens e serviços de consumo raro. Assim, criaram-se várias categorias hierárquicas de cidades: Metrôpoles Nacionais, Metrôpoles Regionais, Centros Submetropolitanos, Capitais Regionais e Outras Cidades.

Nas áreas de cerrado é possível verificar a presença de duas Metrôpoles Regionais (Belo Horizonte e Goiânia), três Centros Submetropolitanos (Terezina, Campo Grande e Cuiabá) e dez Capitais Regionais (Floriano, Brasília, Anápolis, Rondonópolis, Dourados, Patos de Minas, Montes Claros, Divinópolis, Uberaba e Uberlândia). As demais são

consideradas Outras Cidades (Caxias, Balsas, Palmas, Itumbiara, Ituiutaba e Barreiras) (Tabela 8 e Figura 4).

Tabela 8 - Áreas de cerrado: hierarquia urbana, 1996

Cidades	Hierarquia Urbana
Belo Horizonte	Metrópole Regional
Goiânia	Metrópole Regional
Campo Grande	Centro Submetropolitano
Cuiabá	Centro Submetropolitano
Terezina	Centro Submetropolitano
Anápolis	Capital Regional
Brasília	Capital Regional
Divinópolis	Capital Regional
Dourados	Capital Regional
Floriano	Capital Regional
Montes Claros	Capital Regional
Patos de Minas	Capital Regional
Rondonópolis	Capital Regional
Uberaba	Capital Regional
Uberlândia	Capital Regional
Balsas	Outras cidades
Barreiras	Outras cidades
Caxias	Outras cidades
Ituiutaba	Outras cidades
Itumbiara	Outras cidades
Palmas	Outras cidades

Fonte: FIBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1996.

Dessa maneira, são criadas as condições para a formação da cidade econômica, em que as cidades não mais se relacionam segundo uma hierarquia concebida de acordo com seu tamanho e suas funções, e sim em decorrência da incorporação de ciência, técnica e informação ao

território, onde cada cidade é diferente da outra, não importando seu tamanho. Em um sistema urbano cada vez mais complexificado, cada cidade distribui, territorialmente, tarefas distintas, graças às facilidades de transporte e de comunicação.

As cidades das áreas de cerrado apresentam uma rede urbana complexa, na qual os centros urbanos passam a representar pontos/nós, garantindo a articulação dos movimentos ou fluxos que viabilizam a produção, a circulação e o consumo, ou seja, a acumulação e a reprodução social.

Nessa articulação verifica-se o predomínio das metrópoles, principalmente no que diz respeito às inovações tecnológicas ligadas à comunicação e à informação, e ao acúmulo de funções e especializações. Verifica-se também uma tendência de superposição das áreas de polarização ou influências, considerando-se a emergência dos centros regionais e locais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rede urbana brasileira, marcada pelo meio técnico-científico-informacional, ou seja, pela adição de ciência, tecnologia e informação ao território, complexifica-se cada vez mais, indicando: uma urbanização generalizada; uma diminuição do crescimento das cidades com mais de um milhão de habitantes e um incremento nas taxas de crescimento das intermediárias; a presença cada vez mais importante da metrópole sobre as “regiões urbanas” e, paralelamente, um processo de involução metropolitana; e um novo perfil industrial, bem como um agigantamento do setor terciário.

Com relação às áreas de cerrado, em termos gerais, a formação de uma rede urbana é determinada pelo dinamismo das atividades econômicas (processo de industrialização, fronteira agrícola e agigantamento do setor terciário) e pela localização dos centros de poder federal e estaduais.

A evolução da rede urbana dos cerrados apresenta-se bastante difusa, pois ainda não se acentuaram as relações entre as cidades da própria região. Porém, alguns centros encontram-se ligados diretamente à rede nacional.

Considerando-se que a produção do ambiente construído tem uma dinâmica específica associada ao processo de acumulação, cujas descontinuidades e rupturas transcendem a própria ação do Estado, ocorreu, nas áreas de cerrado, uma refuncionalização dos centros urbanos já existentes, bem como a criação de novos núcleos.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, S. O eldorado de Balsas. *Época*, Rio de Janeiro, ano I, n. 26, nov. 1998.

BESSA, K. C. F. O. *As novas redes do cerrado e a realidade urbana brasileira*. Uberlândia: Igufu, 1999. (Mimeo).

CHAGAS, I. Estrutura e funcionamento do bioma cerrado. *Cadernos Geográficos da Unimontes*, Montes Claros, vol. 1, n. 1, p. 19-23, out. 1999.

CORRÊA, R. L. A urbanização nas áreas de cerrado: algumas notas. *Sociedade & Natureza*. Revista da Edufu. Uberlândia, ano 7, nº 13/14, p. 147-150. 1995.

FUNDAÇÃO IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. *Censos Demográficos*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970-1991.

GEIGER, P. P. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/Ministério da Educação e Cultura, 1963. 457p.

GONÇALVES, M. F. (Org.). *O novo Brasil urbano: impasses/dilemas/perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. 358p.

LENCIONI, S. Mudanças na metrópole de São Paulo e as transformações industriais. In: SPOSITO, E. S. *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: Unesp/FCT: Gasperr, 1999. p. 115-136.

SANTOS, M. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. *Espaço & Debates*, São Paulo, ano VIII, nº 25, p. 58-62, 1988.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.

_____. *Técnica, espaço, tempo* : globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 190p.

_____. *A natureza do espaço* : técnica e tempo/razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 293p.

SOARES, B. R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. *Formação*. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente, n. 6, p. 55-64, 1999.

_____. Urbanização no cerrado mineiro: o caso do Triângulo Mineiro. In: SILVA, J. B. et. al. *A cidade e o urbano*. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 105-130.